O Brasil dos caipiras

Luís Carlos Jackson

Universidade de São Paulo

Resumo

Os parceiros do rio Bonito pode ser lido como uma interpretação abrangente sobre os processos de "formação" e de "modernização" da sociedade brasileira, analisados a partir do mundo social do caipira. Apresentado por Antonio Candido como tese de doutoramento em Sociologia no ano de 1954, na USP – e publicado dez anos depois –, essa obra dialoga no Brasil com as tradições intelectuais do ensaísmo e das ciências sociais, relações que são exploradas neste artigo.

Palavras-chave

Antonio Candido;
Sociologia;
Ensaio;
Cultura caipira

Abstract

Os parceiros do rio Bonito *may be read as a comprehensive interpretation of Brazilian society's processes of "formation" and "modernization," analyzed from the perspective of the caipira's social world. Presented by Antonio Candido as his doctoral thesis in Sociology at USP in 1954 and published ten years later, this work dialogues with the Brazilian intellectual traditions of essayism and the social sciences, in associations examined in this paper.*

Keywords

Antonio Candido;
Sociology;
Essay;
Rural culture

Para Maria Célia Paoli

Os parceiros do rio Bonito pode ser lido como uma interpretação abrangente sobre os processos de "formação" e de "modernização" da sociedade brasileira, analisados a partir do mundo social do caipira. Nessa direção, inscreve-se na melhor tradição do ensaísmo brasileiro ao mesmo tempo em que incorpora perspectivas e problemas desenvolvidos pela Sociologia paulista a partir da década de 1940. O livro foi publicado pela primeira vez em 1964 na Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio, com poucas modificações em relação à tese defendida dez anos antes na FFCL-USP.[1]

Em relação à trajetória intelectual de Antonio Candido, constitui o núcleo de sua obra estritamente sociológica, realizada nos anos em que foi o primeiro assistente da Cadeira de Sociologia II, entre 1942 e 1958, então regida por Fernando de Azevedo.[2] Mais precisamente, foi a partir de 1947, quando se afastou dos jornais,[3] que se dedicou mais integralmente à Sociologia, motivado também pela derrota no concurso polêmico para a Cadeira de Literatura Brasileira, no ano de 1945. "Há males que vem para bem". Nos quinze anos seguintes, redigiu *Os parceiros do rio Bonito* (1964) e *A formação da literatura brasileira* (1959), obras distantes tematicamente, mas animadas por inquietações aparentadas. Nos anos de 1950, escreveu também boa parte dos textos reunidos depois em *Literatura e sociedade* (1965). Em 1958 afastou-se institucionalmente da Sociologia para le-

[1] Sobre as diferenças entre as versões, consultar Heloisa Pontes. *Destinos mistos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

[2] Sobre outros textos publicados no período, consultar Luiz Jackson. "Sociologia como ponto de vista". *Tempo Social*, vol.18, n.1, São Paulo, 2006.

[3] Escreveu semanalmente para a *Folha da Manhã* suas "Notas de crítica literária" entre 7/1/1943 e 21/1/1945 e depois no *Diário de São Paulo* entre 20/09/1945 e 27/02/1947. Um levantamento exaustivo dos escritos de Antonio Candido foi feito por Dantas, Vinicius. *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo, Editora 34, 2002.

cionar Literatura em Assis e em 1961 voltou à USP, para assumir a Cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada.[4]

Um dos modos de se compreender essa produção, sobretudo *Os parceiros*, envolve a reconstrução das disputas acadêmicas e políticas que caracterizaram as primeiras décadas de existência das Ciências Sociais em São Paulo. Nesse sentido, em primeiro plano, a rivalidade entre a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) (1933) e a FFCL-USP (1934) deve ser contextualizada. A criação das duas instituições tinha como horizonte a possibilidade de São Paulo recuperar o poder político perdido pelo Estado em 1930 e 32, mas a constituição da Sociologia como ciência e a renovação dos padrões de criação intelectual tornaram-se objetivos prioritários à medida em que as lideranças exercidas pelos professores estrangeiros – e as metas sociais e intelectuais das primeiras gerações de alunos – se impuseram nos dois casos.[5]

O norte-americano Donald Pierson assumiu a direção da ELSP em 1939 e desempenhou um papel decisivo nessa instituição. No ano de 1941, criou a Divisão de Estudos Pós-Graduados e o primeiro programa de mestrado no Brasil, convidando imediatamente o alemão Emílio Willems – que assumira pouco antes a recém criada Cátedra de Antropologia na FFCL-USP – a participar desse projeto acadêmico. Ambos iriam liderar naquela instituição o primeiro grande programa de pesquisa em Sociologia implementado em São Paulo, que visava a realização de "estudos de comunidades". Pretendiam construir, através de pesquisas de campo sistematicamente conduzidas, um painel empírico da sociedade brasileira, a partir do qual seria possível explicar os processos de mudança social e cultural que caracterizavam, apesar das diferenças, as localidades estudadas.[6] Intentavam, dessa maneira, romper com o padrão estabelecido pelas grandes interpretações do Brasil, para eles impressionistas e mal informadas.[7]

O primeiro dos "estudos de comunidades" publicado foi *Cunha*, de Willems, em 1947. A pesquisa contou com a colaboração de jovens estudantes da Pós-Graduação da ELSP, entre os quais estavam Florestan Fernandes e Gioconda Mus-

[4] Embora institucionalmente a trajetória acadêmica de Antonio Candido possa ser dividida em função dos vínculos com a sociologia e com a crítica literária, é mais interessante ler sua obra aproximando esses domínios. Não creio que seja possível entender sua crítica literária sem levar em conta sua formação sociológica; nem sua sociologia, sem ter em mente sua atuação concomitante como crítico nas décadas de 1940 e 50. Em outros termos, o caráter interdisciplinar de seus escritos e de sua trajetória torna pobre toda reivindicação de sua produção intelectual para qualquer um dos lados. Sobre os escritos de crítica que mesclam tais orientações, ver Rodrigo Martins Ramassote. "A sociologia clandestina de Antonio Candido". In: *Tempo Social*, vol. 20, n. 1. 2008.

[5] Conforme: Irene Cardoso. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez, 1982. Sérgio Miceli. "Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais". In: Sérgio Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, 1989. Fernando Limongi. "Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo" e "A Escola Livre de Sociologia e Política". In: Sérgio Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, 1989.

[6] Conforme Oracy Nogueira. "Estudos de comunidades no Brasil sob perspectiva nacional". In: Sociologia, vol. XVI, n. 2.

[7] Conforme Limongi (1989) e Luiz Jackson. (2003) *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à sociologia paulista*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.

solini.[8] O mesmo ocorreria em outros projetos; era uma preocupação de Pierson o treinamento dos pesquisadores no campo e, ao mesmo tempo, o trabalho em equipe permitia coleta de dados mais extensa. Quando o livro saiu, Willems certamente esperava uma recepção favorável, mas o que ocorreu foi quase o contrário. Quem deu o tom à sua acolhida no meio intelectual paulista foi Caio Prado Jr. Ele escreveu uma resenha em *Fundamentos*, desqualificando o caráter pretensamente inovador e aparentemente neutro da obra:

> É a impressão que se tem ao terminar a leitura do livro, pois ela não leva realmente a nada, não oferecendo outro resultado concreto que uma coleção de fatos dispersos e sem suficiente articulação num conjunto coerente e cientificamente sistematizado.[9]

Caio Prado Jr. associou ainda a aparente neutralidade científica do trabalho, que seria garantida pela ênfase na pesquisa empírica e na "descrição" dos fatos observados, a uma possível visão conservadora do processo histórico e político em discussão. A partir de então, empirismo e conservadorismo se tornariam quase sinônimos nas críticas posteriores aos "estudos de comunidades", enunciadas no interior do espaço especificamente sociológico. Outro aspecto discutido na resenha relacionou-se com a conclusão do livro, que não indicava uma direção necessária para a situação de crise constatada – referida à cultura rural tradicional. Willems enumerou fatores de permanência que se contrapunham aos de mudança, evitando indicar um sentido necessário ou ao menos provável para o impasse:

> O próprio tema escolhido pelo professor Willems é dialético por definição: "tradição e transição em uma cultura rural do Brasil" é o subtítulo do livro. No entanto, ele se mostra incapaz de por em evidência a dinâmica dos fatos que observa e julga analisar.[10]

A principal referência teórica mobilizada por Willems era o livro *Folk culture of Yucatan*, de Robert Redfield, mas *Cunha* seguia também, implicitamente, as hipóteses mais gerais de seu autor enunciadas alguns anos antes em um opúsculo.[11] Neste, afirmava a necessidade de se levar em conta, em qualquer tentativa de solucionar o que se entendia como o "atraso" do campo, a realidade mesma do mundo rural brasileiro, que deveria ser acessada pelo conhecimento aprofundado das formas de sociabilidade do "caboclo", assim caracterizadas: [nesses grupos], os seus componentes vivem integrados numa rede de interrelações que lhes trazem obrigações e compensações mútuas. E essa sociedade possui um tipo (ou tipos) de família e associação vicinal, regimes de trabalho e técnicas destinadas a produzir os artefatos necessários, sistemas de trocas,

[8] Ambos haviam se graduado na FFCL-USP e buscavam assimilar as orientações teóricas e metodológicas desenvolvidas na ELSP.

[9] Caio Prado Jr.. "Métodos sociológicos". *Fundamentos*, n. 4, p. 24, 1948.

[10] *Idem*, *ibidem* p. 26.

[11] Emílio Willems. *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*. São Paulo, Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.

meios de transporte, práticas tradicionais para lidar com forças sobrenaturais, conhecimentos para tratar doentes e parturientes, jogos e festas para compensar as obrigações que o sistema social impõe a seus membros e uma educação para transmitir o patrimônio cultural (sem que a arte de ler e escrever possa ter uma função na transmissão tradicional). Ao lado de um corpo de conhecimentos, práticas e crenças, destinado a controlar o natural e o sobrenatural, existe um sistema de controle social com sanções específicas. Há mais de quatro séculos que esta sociedade vive, crê, trabalha, se diverte e educa. Não há motivos para se acreditar que seus modos de pensar, agir e sentir tenham sofrido grandes modificações nos quatro séculos de existência. As experiências que seus membros acumularam nesse respeitável lapso de tempo provaram mil vezes ser adequadas, pois não somente garantiram a subsistência dos vivos mas permitiram um aumento incessante da população sertaneja. Durante quatro séculos, o caboclo não deixou de conquistar os sertões e de enchê-los, pouco a pouco, de povoadores. Muitos imigrantes aportados aqui, no último século, aprenderam que o modo de vida do caipira é o único possível em determinadas circunstâncias. E aqueles que não quiseram aprender, fracassaram porque os seus métodos eram "superiores". Mas os "italianos" e "alemães" acaboclados sobreviveram e contribuíram para o povoamento dos sertões meridionais.[12]

A preocupação metodológica de não generalizar de maneira indevida, provavelmente, levou Willems a evitar uma formulação tão direta como essa em *Cunha* e, também, a não concluir o livro com um prognóstico acerca do destino provável de tais sociedades diante da modernização do país, embora sua reticência possa ser interpretada como uma aposta discreta na sobrevivência social e cultural do caipira. Seu alinhamento com Pierson, por outro lado, fortaleceu a leitura de sua obra como parte de um projeto acadêmico e político conservador, inviabilizando uma recepção favorável pelos cientistas sociais vinculados institucionalmente à FFCL-USP.

Duas direções foram tomadas pelas críticas formuladas nessa instituição. A primeira seguiu diretamente a resenha de Caio Prado Jr., elidindo seu componente político explícito que, não obstante, permaneceu nas entrelinhas. Os textos emblemáticos dessa recepção negativa não apenas de *Cunha* mas também de outros "estudos de comunidades" realizados na ELSP foram escritos por Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco.[13] A clara recusa desses trabalhos pelo grupo pode ser apreendida no título do artigo de Maria Sylvia "O estudo sociológico de comunidades", no qual, com certa ironia, a autora sugere que os "estudos de comunidades" não eram sociológicos. Para tanto, outras dimensões, além da mera descrição de uma situação observada, deveriam ser mobilizadas. Os dois textos apontam como principal defeito a ausência de

[12] *Idem*, *ibidem,* pp. 9-10.

[13] Florestan Fernandes. "A análise sociológica das classes sociais". *Sociologia*, vol. 10, n. 2, 1948. Ianni, Otavio. "Estudo de comunidade e conhecimento científico", *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1-2, 1961. Maria Sylvia de Carvalho Franco. "O estudo sociológico de comunidades". *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1-2, 1963.

uma teoria abrangente para dar conta da totalidade histórica e social na qual os casos estudados estavam inseridos. Além disso, a ênfase em aspectos culturais da sociedade tradicional e não nos processos de modernização era considerada um desvio equivocado, se considerada a premência dos temas relacionados à questão do desenvolvimento capitalista e da formação da sociedade de classes no Brasil.

A segunda direção foi esboçada em textos de Gioconda Mussolini e Antonio Candido. A antropóloga era assistente de Willems na Cadeira de Antropologia, havia colaborado na pesquisa que dera origem a *Cunha* e ainda estava envolvida com Willems na realização do projeto de outro "estudo de comunidade", realizado em São Sebastião (SP), na ilha de Búzios, que seria publicado em 1952 nos Estados Unidos e apenas há poucos anos no Brasil.[14] Mesmo assim, ao escrever uma resenha sobre *Cunha* em 1949, na *Revista do Museu Paulista*, a autora não mencionou a duríssima crítica de Caio Prado Jr. e avaliou o livro, se não negativamente, com sérias reservas:

> Da falta, no texto, de outros espécimes que lhe sirvam de paralelos, provém a impressão de 'circularidade', de 'sistema fechado', comum em trabalhos deste gênero, e ademais, a dificuldade de quantificar, de destacar o 'grau' de organização ou desorganização, de estabilidade e instabilidade [...] Quando ao finalizar o trabalho o prof. Willems procura interpretar a sociedade e a cultura locais em termos de estabilidade e instabilidade social, chegando a uma série de fatores responsáveis pela mudança, falta uma espécie de balanço que forneça a resultante do impacto destas duas ordens de fatores em confronto.[...] Ao trabalho sobre Cunha – excelente fonte de material e análises, ponto de referência para futuros estudos – falta, a nosso ver, uma certa interação entre as proposições gerais que lhe serviram de base e os fatos particulares que ilustra, numa redefinição daquelas proposições, que impedisse a impressão de reificação de conceitos.[15]

Nesse mesmo ano, o antropólogo alemão aceitou um convite para lecionar nos Estados Unidos, motivado por essa possibilidade, mas também pela decepção com a acolhida desfavorável de seu livro em São Paulo, que expressava a dificuldade de conciliação entre as duas escolas. Tais fatos restringiriam o reconhecimento de seu legado na USP às leituras que introduziu ou ao rigor que preconizava em relação à pesquisa empírica. Os livros que escreveu acabariam um pouco menosprezados. Sua presença, entretanto, pode ser reconhecida na tradição dos estudos realizados por Gioconda Mussolini, Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, que desenvolveram criticamente a percepção aguda que Willems teve sobre o papel dos sitiantes pobres no povoamento e na formação da sociedade rural brasileira.

Antonio Candido reconheceu a importância dos "estudos de comunidades" em relação ao desenvolvimento dessa temática em texto publicado nos *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*, realizado no ano seguinte à defe-

[14] Sobre Gioconda Mussolini, consultar André Ciachi "Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica." *Revista de Antropologia*, vol. 50, n. 1, 2007; sobre outras trajetórias femininas no mesmo contexto, sobretudo a de Paula Beiguelman, ver Dimitri Pinheiro da Silva *Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

[15] Gioconda Mussolini. Revista do Museu Paulista (nova série), vol. 3, 1949, pp. 479-480.

sa dos *Parceiros* na USP. Neste, faz um panorama dos estudos até então realizados sobre sociedades rurais no Brasil, deixando entrever sua perspectiva sobre o assunto, já no primeiro parágrafo do artigo, quando reconhece a existência no Brasil duma "dualidade de civilização", aproximando-se da visão precursora de Euclides da Cunha e de Emílio Willems:

> O desenvolvimento de novos valores, mentalidade e concepção de vida vão marcar cada vez mais ao longo do século passado [XIX], e sobretudo deste, uma dualidade de civilização em que se vê claramente um Brasil urbano distanciando-se mais e mais do velho Brasil rural e tradicional.[16]

O interesse primordial de Antonio Candido, entretanto, não era a sociedade rural em geral, mas sim os grupos sociais constituídos pelos agricultores pobres ao longo da colonização brasileira, até então muito pouco conhecidos, a não ser através de visões muito generalistas ou preconceituosas:

> Seu representante típico não foi estudado e é com dificuldade que o conhecemos: refiro-me ao camponês livre, proprietário ou não, branco ou mestiço, às vezes negro, fruto de longa aculturação e mestiçagem.[17]

Depois de referir-se à literatura regionalista e aos folcloristas, Antonio Candido comenta a importância dos "estudos de comunidades" realizados por Willems, Pierson e Wagley, afirmando-os como "os esforços mais notáveis para estudar em profundidade as sociedades rústicas do Brasil, ao menos no que respeita à investigação de campo e localizada".[18]

Nessa passagem o autor valoriza a pesquisa empírica, mas recusa a delimitação espacial e temporal rígida dos trabalhos. O texto é finalizado com a crítica ao conceito de "comunidade", que seria indiscriminadamente usado e impreciso para caracterizar a realidade social complexa do mundo rural brasileiro. Sugere então o direcionamento das pesquisas para o estudo do "bairro rural", que considerava a forma elementar da sociabilidade do homem pobre no campo. Deveriam ser consideradas as relações com as classes dominantes e as diferentes modalidades de integração do bairro na sociedade abrangente:

> Eu me dispenso de indicar as questões concretas em detalhe, que podem constituir objetos de pesquisa. É suficiente assinalar que estas devem colocar-se num plano essencialmente dinâmico e integrativo, já que os grupos brasileiros de cultura rústica vivem em sua maioria os diversos estágios de sua incorporação à cultura urbana e portanto da participação nos grandes problemas que ultrapassam seus limites tradicionais.[19]

[16] Antonio Candido, "*L'État actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil*", *Anais do 31º Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955, p. 321. (traduções desse texto por Fernando Antonio Pinheiro Filho)

[17] *Idem, ibidem*, p. 322.

[18] *Idem, ibidem*, p. 326.

[19] *Idem, ibidem*, p. 332.

No mesmo congresso, Gioconda Mussolini apresentou o texto "Persistência e mudança em sociedades de 'folk' no Brasil". A autora reconhecia, como Antonio Candido, uma uniformidade subjacente às variações sociais e culturais do mundo rústico, mas lembrava através da distinção entre "zonas velhas" e "zonas novas" do povoamento, a necessidade de aprofundar-se a análise histórica, fundamental para compreensão da evolução particular de cada região e grupo, assim como de determinações mais gerais. Em relação aos estudos sobre mudança social, a autora enfatizou a extensa gama de possibilidades de estruturação das formas de organização social e das relações entre sociedade e cultura, mostrando como não havia um único sentido para a transformação das sociedades caipiras e sim alternativas complexas e indeterminadas:

> Contudo, não é demais insistir em que um estudo de comunidade deve ser sempre complementado pelo dos demais centros com que mantenha relações a fim de verificar-se, quando for a caso, a natureza real dos contatos que seus membros mantêm com o centro urbano, de 'influência civilizadora'. Ousaríamos dizer que a heterogeneidade das cidades representa, de certo modo, a possibilidade de se manter a homogeneidade rural.[20]

Gioconda Mussolini e Antonio Candido criticaram os "estudos de comunidades" mas não recusaram os pressupostos gerais que os orientavam. Sobretudo, aceitaram a formulação mais geral de Willems, sofisticando as possibilidades teóricas de apreensão do problema, ao levar em conta determinações históricas e sociológicas mais amplas, a partir das perspectivas de análise defendidas na FFCL. Acompanharam, não obstante, o alinhamento político da USP em relação à ELSP a partir da posição estabelecida por Caio Prado Jr. e, por conta disso, explicitaram a distância teórica que os afastava do programa de pesquisas implementado por Pierson e por Willems.

Nessa direção, é possível compreender a advertência feita por Antonio Candido nos *Parceiros* ao criticar a suposta imparcialidade reivindicada pelos "estudos de comunidades" e afirmar que procurava "localizar um aspecto da vida social... considerado não só como *tema sociológico*, mas também como *problema social*".[21] Em relação à reorientação teórica já mencionada, ao defender que os estudos sobre sociedades rústicas deveriam guiar-se pela noção mais concreta de "bairro rural", em substituição a mais abstrata de "comunidade", o autor incorporava os ensinamentos de outro mestre; seguindo, de certa maneira, outro programa de pesquisas, o que foi idealizado e liderado por Roger Bastide.

A sociologia da cultura ensinada pelo professor francês pretendia flagrar possibilidades de resistência ao processo de modernização no Brasil, decorrente da expansão da civilização ocidental. Nesse sentido, as diversas formas sociais e culturais tradicionais não se constituiriam em entraves ao desenvolvimento do país;

[20] Gioconda Mussolini, "Persistência e mudança em sociedades de 'folk' no Brasil". *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*, 1955.

[21] Antonio Candido. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1987, p. 20.

ao contrário, seriam necessárias à revisão crítica de seus pressupostos, marcados por uma visão etnocêntrica e dogmática. Dessa posição, o autor investigava os processos de "interpenetração de civilizações", sobretudo através de seus estudos sobre as religiões afro-brasileiras, mas também nas pesquisas sobre folclore, arte, etc.[22] Embora Bastide não tenha se empenhado tão diretamente na realização de um programa coletivo, as direções teóricas que explorou e os temas de investigação para os quais chamou atenção seriam desenvolvidos por vários de seus alunos e alunas. Talvez a realização mais direta e bem sucedida de seu estilo de análise tenha sido a tese de Gilda de Mello e Souza, *A moda no século XIX*[23], mas os estudos sobre folclore realizados por Florestan Fernandes e quase toda a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz lhe são tributários.

Nos *Parceiros*, o modo como a relação entre cultura e sociedade é pensada– lembrando que a pesquisa origina-se de um projeto sobre o cururu – pode ser referido ao esquema analítico de Bastide:

> Em todo o caso, o fato aí está: se as estruturas sociais se modelam conforme as normas culturais, a cultura por sua vez não pode existir sem uma estrutura que não só lhe serve de base, mas que é ainda um dos fatores de sua criação ou de sua metamorfose. O folclore não flutua no ar, só existe encarnado numa sociedade, e estudá-lo sem levar em conta essa sociedade é condenar-se a apreender dele apenas a superfície.[24]

Movida por essa concepção geral, a pesquisa inicial sobre o cururu desaguou na análise aprofundada sobre a sociedade e a cultura caipira. *Os parceiros* focaliza os processos de obtenção dos meios de vida, relacionados à produção da dieta e da sociabilidade. Através de reconstrução histórica, informada por relatos de viajantes e por depoimentos de idosos, o autor alcança o "tempo dos antigos" e constrói um "tipo ideal" do mundo caipira. Morfologicamente definida pelo bairro rural, essa sociedade é caracterizada pela produção de "mínimos vitais e sociais" e pelas relações de reciprocidade estabelecidas por meio de trocas alimentares, do mutirão, do folclore e das festas religiosas.

Relativamente isolada, sua origem relaciona-se, entretanto, como a de toda a sociedade brasileira, com a expansão do capitalismo comercial europeu, o que explica o vínculo necessário com o mercado, inicialmente intermitente e reduzido, progressivamente intensificado com a modernização do país. O tema do desenvolvimento econômico e da formação da sociedade de classes, que iria nortear o programa de pesquisas de Florestan Fernandes a partir de 1954, aparece nos *Parceiros*, portanto, pelo avesso. Trata-se de dimensionar o impacto das trans-

[22] Fernanda Peixoto. *Diálogos brasileiros:* uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo, Edusp/ Fapesp, 2000.

[23] A tese foi publicada na integra na Revista do Museu Paulista, Nova Série (vol. 5, 1950). Como livro, sairia apenas em 1987 com o título *O espírito das roupas*, pela Companhia das Letras. Sobre Gilda de Mello e Souza, ver Heloisa Pontes. "A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Souza". In: *Novos estudos* CEBRAP, n. 74, 2006.

[24] Roger Bastide. *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo, Anhembi, 1959, p. 2.

formações capitalistas no modo de vida das sociedades caboclas. O prognóstico explicitado na conclusão do livro denuncia o fim quase inevitável desse mundo, defendendo a realização duma reforma agrária orientada por uma perspectiva antropológica.

Um dos aspectos mais instigantes do livro, aliás, relaciona-se à etnografia realizada em Bofete. A pesquisa minuciosa e extremamente sensível realizada por Antonio Candido nos aproxima da vida cotidiana do caipira, sobretudo daqueles, de carne e osso, com quem conviveu na fazenda Bela Aliança,[25] no final dos anos de 1940 e em meados da década seguinte. O modo como essa experiência é narrada também deve ser levado em conta. A continuidade dos temas, assim como a clareza e o estilo literário de sua argumentação recuperam a tradição do "ensaio histórico-sociológico" brasileiro, nomeada pelo autor em alguns textos decisivos.[26] A tese defendida por Antonio Candido nos *Parceiros* dialoga, portanto, com os grandes intérpretes da formação da sociedade brasileira, valorizando a presença quase esquecida do caboclo e da pequena propriedade nesse processo.

***

Passo, então, a examinar resumidamente algumas representações construídas desde o início do século XX sobre esse "sujeito",[27] visando sugerir relações entre as tradições do ensaio e da sociologia paulista. Discutindo os movimentos sociais de Juazeiro, Canudos e Contestado –, em texto do início dos anos de 1970 Duglas Teixeira Monteiro sintetizou as possibilidades de interpretação fixadas até aquele momento, discernindo dois modos típicos de se entender a sociabilidade dos sitiantes pobres no Brasil; que "de uma perspectiva negativa, pode ser referida como marginalidade, e de uma perspectiva positiva, como autonomia."[28]

Em outras palavras, reconhecer ou não a existência autônoma, desde a colonização, daqueles que viveram às margens dos latifúndios seria a questão fundamental, pelo menos desde o começo do século XX. Nesse momento, Euclides da Cunha publica *Os sertões* (1902), sugerindo uma resposta afirmativa a

[25] Na época, a Bela Aliança era gerenciada por Edgard Carone. Sobre essa experiência, consultar; Edgard Carone. *Memória da Fazenda Bela Aliança*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991. Ver ainda entrevista publicada em Luiz Jackson. *A tradição esquecida* – Os parceiros do rio Bonito *e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

[26] "A Sociologia no Brasil". In: *Enciclopédia Delta Larousse*, v. IV. São Paulo, 1965. "Literatura e cultura de 1900 a 1945". In: *Literatura e sociedade*, 1965. "O significado de *Raizes do Brasil*". In: Sérgio Buarque de Holanda. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.

[27] Meu argumento tem como referência o texto inspirador de Maria Célia Paoli; Eder Sader; Vera Telles. "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". *Revista Brasileira de História*, n. 6, São Paulo, 1984.

[28] Duglas Teixeira Monteiro. "Juazeiro Canudos e Contestado". In: Boris Fausto, *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano – Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977, p. 87.

essa pergunta. Este livro propõe a interpretação de nossa formação histórica a partir de dois "sentidos", vinculados ao Brasil do litoral e ao Brasil do interior. O sertanejo resultaria do cruzamento entre brancos e índios, vinculado ao povoamento vagaroso do interior, ocorrido desde os primórdios da colonização. Nesse processo, o autor destaca o papel exercido pelo desbravador paulista – que no sertão se encontra com o nortista – e a importância do rio São Francisco que permitiria a ocorrência de vários movimentos colonizadores, vinculados à mineração, às missões jesuíticas e ao pastoreio. O isolamento em relação ao litoral e o tempo vagaroso desse processo teriam levado à formação de uma "subraça" mais estável e adaptada ao ambiente rústico do sertão. É esse o cerne da interpretação favorável ao sertanejo, que leva vantagem em relação ao mestiço do litoral porque está adaptado ao meio que o constituiu. Há na mesma obra, entretanto, uma interpretação desfavorável a ele, a qual diagnostica o comportamento de Antonio Conselheiro e o fanatismo religioso como expressões do meio social produzido pela mestiçagem de raças inferiores com superiores. "A sua religião é, como ele – mestiça".[29]

Essa aparente contradição se expressaria numa característica fundamental da composição por Euclides da Cunha do "tipo" sobre o homem sertanejo: a alternância de comportamentos. Diante de um meio quase selvagem e marcado por variações intensas – das quais a seca é a maior expressão – o sertanejo alternaria "extremos impulsos e apatias longas". Também Antonio Candido se afastou nos *Parceiros* de uma visão apologética a respeito do caipira ao verificar a instabilidade inerente ao seu modo de vida, acompanhando o autor de *Os sertões*, conforme se pode depreender da seguinte passagem do texto "Euclides da Cunha Sociólogo":

> Todos lembramos o contraste, assinalado por Euclides em página famosa, entre a postura habitual do caboclo – mole, sem aprumo – e a que assume nos momentos de exceção: o sociólogo nos diz que o caboclo precisa poupar energia para as ocasiões decisivas. Esta alternância de atitudes aparece a cada passo na parte sobre 'O Homem'. No meio físico, é a seca e a bonança; no homem, a presteza e a preguiça; no grupo, a humildade mítica e o assomo sanguinário; nas ocupações, a monotonia do pastoreio e o turbilhão das vaquejadas. Sob a pena de Euclides, *intercadência, intermitência, intercorrência*, são vocábulos diletos, tanto quanto *insulado, insulamento* – estes definindo a direção, aqueles o ritmo da vida social.[30]

De qualquer modo, a visão de Euclides da Cunha orienta uma vertente interpretativa que reconhece e valoriza a existência relativamente autônoma – e positiva – de grupos sociais constituídos por sitiantes pobres desde o início da colonização brasileira, apesar da instabilidade que caracteriza esse processo. De modo geral, a tradição dos "estudos de comunidades" e a que foi inaugurada pelos trabalhos de Antonio Candido, Gioconda Mussolini e

[29] Euclides da Cunha. *Os sertões*. São Paulo, Cultrix, 1902. p. 114.
[30] Grifos meus. Antonio Candido, "Euclides da Cunha sociólogo". In: OESP, 13/12/1952, p. 5.

Maria Isaura Pereira de Queiroz seguem essa direção, mesclando perspectivas sociológicas e antropológicas, por meio da quais os problemas decorrentes da modernização, sobretudo os que implicam a transformação das formas de vida desses grupos, são discutidos.

As interpretações sugeridas por autores tão díspares como Oliveira Vianna e Caio Prado Jr. a respeito desse problema fundamentam outra forma típica de apreender essa questão. Nesse caso, o pequeno produtor rural é representado negativamente. Seja por conta de sua suposta *inferioridade* étnica, seja por sua *subordinação* econômica ou política ao grande proprietário, o que importa desse ponto de vista é compreender as formas de relação com a totalidade na qual se insere o sitiante pobre e não os modos de organização sociais e culturais "internos".

Em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna fixa uma representação desse personagem por meio da caracterização contrastante entre os dois estratos sociais que comporiam o Brasil na colônia: "aristocracia" e "plebe rural". A visão mais pobre e datada a justificar a *inferioridade* destes em relação àqueles tinha como referência teorias racistas ainda em voga no Brasil do início do século XX, mas o interesse maior de seu argumento reside na tentativa de demonstração da sociabilidade (entendida como mecanismos de reciprocidade) frágil tanto no interior da "plebe rural", como na interação com a "aristocracia". Em outros termos, sua hipótese afirma a inexistência de vínculos propriamente sociais entre esses dois estamentos, que estariam relacionados apenas politicamente (como veremos).

A oposição entre os tipos de família característicos dos dois grupos postulada por Oliveira Vianna explicita, entretanto, uma visão preconceituosa e persistente ainda hoje, pelo menos no senso comum de certas frações de nossas classes dominantes:

> Nesse ponto, a organização da família fazendeira se distingue nitidamente da organização da família nas classes inferiores, na plebe rural. Nesta, o princípio dominante da sua formação é a mancebia, a ligação transitória, a poliandria difusa – e essa particularidade de organização enfraquece e dissolve o poder do *pater familias*. Daí o ter a nossa família plebéia, em contraste com a família fazendeira, uma estrutura instabilíssima. Dessa instabilidade e dessa dissolução da autoridade paterna é que provém a maior parte das falhas morais do baixo povo dos campos.[31]

Felizmente até certo ponto, no entender de Oliveira Vianna, a sociedade "dispersa, incoerente, revolta" teria sido centralizada na grande propriedade, único foco de organização desse mundo marcado antes pela falta do que pela existência de vínculos estáveis. Por isso mesmo, a "plebe rural" só poderia ser compreendida por meio das relações estabelecidas com o "patriciado":

[31] Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil (2ª série). Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Editora Itatiaia/UFF, 1987, p. 49.

> O grande domínio açucareiro ou pastoril extrema as duas classes coloniais: o patriciado dos 'homens bons' e a *plebe dos emigrados, dos aventureiros e dos mestiços livres, tumultuantes no vasto remoinho colonial* [grifos meus] Ele é que classifica os homens. Ele é que os desclassifica. (p. 59).[32]

O final dessa passagem deixa entrever uma interpretação nuançada por parte do autor, que não faz simplesmente uma apologia da grande propriedade e da "aristocracia" que a governa; ela seria, ao mesmo tempo, um obstáculo ao desenvolvimento autônomo duma classe de pequenos produtores prósperos e de uma economia diversificada e dinâmica. Na inexistência de tais condições, todas as possibilidades dos pobres dependeriam de sua *dependência política* em relação ao grande proprietário, restando apenas violência e anomia no interior das relações constitutivas da "plebe rural".

Como se sabe, Oliveira Vianna defendia a centralização do poder como remédio para corrigir as arbitrariedades do poder local e as fragilidades inerentes à sociedade rural brasileira. Distante dessa saída conservadora e autoritária, a argumentação de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) aproxima-se do diagnóstico formulado por aquele autor por outras vias. Estas se referem, sobretudo, à caracterização da pequena propriedade em função dos vínculos, neste caso a *subordinação econômica*, estabelecidos com o latifúndio escravista:

> Assim, com mais ou menos independência do lavrador, e maior ou menor extensão da lavoura respectiva, constituem-se a par das grandes explorações, culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de gêneros alimentares de consumo interno da colônia. É um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças. Daí aliás o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável. Raramente encontramos lavouras desta natureza que se elevem acima de tal nível. Em geral, a sua mão de obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha.[33]

Em outra passagem, Caio Prado Jr refere-se à composição social dos lavradores pobres na colônia num tom bastante preconceituoso, mesmo que os determinantes de sua suposta baixa condição de vida fossem de ordem econômica e não-étnica:

> A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano residual, sobre-

[32] *Idem*, *Ibidem* p. 59. Difícil resistir à aproximação com o argumento de Maria Sylvia de Carvalho Franco, certamente intermediada pelas formulações de Caio Prado Jr: "O objetivo para o qual esteve basicamente orientada a sociedade brasileira determinou, de ponta a ponta, sua organização. Embora os homens livres e pobres tenham permanecido apartados da produção para mercado, este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino". Maria Sylvia Franco *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983, p. 14. No lugar da grande propriedade, o sentido da colonização dado pela expansão comercial ao qual aquela está subordinada no esquema de Caio Prado Jr., mas a estrutura do argumento é idêntica.

[33] Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo, Brasiliense, 1944, p. 160.

> tudo mestiços do índio que conservam dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes.[34]

Tais considerações, evidentemente negativas, seriam matizadas pela interpretação relativamente favorável a respeito das possibilidades de participação política dessa população, vinculada ao que o autor identifica como a dimensão "inorgânica" da colônia, subordinada à "orgânica", esta centralizada no latifúndio agro-exportador e na díade senhor-escravo. Entendidos, portanto, a partir dos vínculos de subordinação econômica com a grande propriedade, os sitiantes livres teriam seu destino determinado pelo "sentido da colonização", que lhes retirava quase toda possibilidade de existência autônoma, no entender de Caio Prado Jr.

***

Essas representações sobre o universo social e cultural do caboclo construídas no âmbito do ensaio "histórico-sociológico" direcionaram as interpretações propriamente sociológicas posteriores, condicionadas também pelas disputas acadêmicas já mencionadas. Antonio Candido incorporou nos *Parceiros* um ponto de vista mais afinado com a perspectiva precursora de Euclides da Cunha – reforçada pelos trabalhos desenvolvidos por Emílio Willems –, ao pressupor a autonomia relativa da sociedade caipira. O pessimismo que encerra o livro e que acompanha de certa maneira todo a argumentação desenvolvida – constatando a fragilidade inerente à sociabilidade do mundo rústico, agravada com as mudanças decorrentes dos processos de modernização capitalista – decorre, por outro lado, de uma visão desencantada, urdida por Caio Prado Jr. em sentido contrário à anterior.

Entre essas duas direções, o que se aprende por meio de *Os parceiros do rio Bonito*, esse livro clássico, é reconhecer a presença histórica do caboclo nos meandros dos processos de formação e de modernização do Brasil, evitando os erros do esquecimento ou da idealização.

[34] *Idem, ibidem,* p. 161.